

A GREVE DE DEZEMBRO E O *SOMMET SOCIAL*: FUNCIONÁRIOS PROPÕE NOVA VIDA REPUBLICANA FRANCESA*

*LEILA DE MENEZES STEIN***

A greve na França, ocorrida em dezembro de 1995, é resultante de um conjunto de descontentamentos. Esse mal-estar social tem como palco a França da precarização das condições da vida humana e social, de um lado ameaçada pela redução dos postos de trabalho, pelo encolhimento das folhas de pagamentos e, de outro, pela tentativa de introdução da necessidade de anos suplementares de trabalho para aposentadoria e desemprego. Como se sabe, tal mal-estar, ao menos em parte, tem no plano Juppé, ministro do Governo Chirac, uma de suas expressões. Recebe, por isso, a recusa do movimento grevista, porque comprime a cidadania a um mero aspecto da contabilidade fiscal do Estado.

O movimento grevista reuniu, durante cerca de 20 dias daquele mês, seja universitários, profissionais do ensino e trabalhadores do Service National de Chemin du Ferre de France - SNFC, seja trabalhadores dos serviços de previdência social e outros. Recebeu o apoio dos estudantes e da grande maioria da população, inclusive dos desempregados, numa rede inédita de solidariedade.

GREVE VERSUS MÍDIA

Para Pons (1996), a particularidade da adesão popular ao movimento acabaria por radicalizá-lo, ao mesmo tempo em que deslocaria as lideranças sindicais. Se o início do conflito na proposta de "greve

geral" contra o plano Juppé, tal como anunciado por elas, em 10 de outubro, dirigia-se, de modo especial aos sindicalistas, acabaria por ir além deles, atingindo a vida das universidades, das empresas estatais e de serviços, para ganhar os "cantos das ruas". Ainda que as empresas privadas não fossem atingidas pelas paralisações, a palavra de ordem sindical para privilegiar as assembléias transforma-se numa realidade. Desse modo, o conflito tem seu encadeamento na montagem de coordenações, de intersindicais e de coletivos por empresas, originárias que são de delegações de assembléias mobilizadas e vigilantes. Passa-se, no entanto, além dos sindicatos e de sua prática de negociações e contabilidade de eventuais ganhos trabalhistas. Por outro lado, demonstra-se a capacidade dos aparelhos constituídos por profissionais destacados de seus locais de trabalho de exprimirem as aspirações políticas de maior representação e sensibilidade às palavras dos grevistas.

A principal decorrência dessa representação ampliada, eco dos debates das assembléias, está na elevação de muitos grevistas à qualidade de jornalistas, de pequenos editorialistas e comentadores. Os grevistas e seus representantes criariam, por tais efeitos, um conjunto de "notícias e informações" que circulariam livremente entre tais comunidades em luta e perpassariam horizontalmente as diferentes comunidades. Assim, por exemplo, a Internet veicularia um sem número de mensagens, de sugestões ou de advertências aos dirigentes sindicais ou a outros

* Resenha de "La Greve du décembre", REDEKER, Robert e de "La Chance perdue des Syndicats" de PONS, Jean, In *Temps Modems*, n° 586, 51° année, jan-fev. 1996.

** Professora do Departamento de Sociologia, FCL, UNESP

agentes sociais.

Cria-se, portanto, um hiato entre as informações dos grevistas e as "in-formações" da mídia. Implodem-se os eufemismos homogeneizadores da informação técnica: mutuários, usuários, empregados e desempregados, como quer a mídia. Nas informações produzidas pelo movimento, ao contrário, despontam trabalhadores de carne e osso, jovens e velhos, negros e brancos, empregados e desempregados, mulheres e homens, professores idealistas, pessoas portadoras de muitas opiniões.

Na avalanche de dados e de números produzidos pela mídia sobre a greve, o grevista comum não se reconhece. Para a mídia, os trabalhadores "segurados" são identificados a privilegiados. Conforme Redeker, 1996: "(...)travestindo em privilégio o que é o resultado de lutas e que deve servir de normas a todas as atividades (...).Desse modo, ainda conforme aquele autor, a mídia acusa (...) a garantia de emprego, defende a dispensa sem compensação e coloca como tabu a seguridade social para todos (...)."

No entanto, tais "explicações" bombardeadas nos olhos e ouvidos da população supunham um destinatário infantilizado e buscavam convencer a todos da justeza do ideal tecnocrático na gestão da coisa pública. Ao contrário, o grevista "retira-se para negociar" e por isso, pôde recolocar e afirmar a vontade popular de por fim ao conformismo diante da nova ordem mundial.

GREVE E IDEIAS REPUBLICANAS

A comunidade em greve é a sociedade civil, livre e autônoma, dispendo de seu tempo, de seu pensamento e de sua expressão. A alegria desse descobrir a possibilidade da palavra retira o véu que encobre as "razões de estado".

Não mais greve de produtores: paralisa-se a comunicação (viabilizada pela parada da SNCF), cessa-se a transmissão (ensino) e a prestação de serviços. Essa inquietação da vida civil bate de frente no Monetarismo, nos acordos internacionais. Indaga sobre as razões de um capital que se volatiliza e de uma virtualização da economia. Pergunta-se: quem defende a

República da cidadania contra os mercados financeiros que mundializam o anti-social?

Finalmente, a greve recoloca o modelo singular histórico francês, em que o ideal republicano não é meramente econômico, nem empresarial. É político. Tais valores - em oposição naquela sociedade - geram dois tipos de existência: a vida do agente econômico (trabalhadores e consumidores) e a vida política (participação ativa nos negócios públicos). Nessa última perspectiva, o Estado francês é um fantasma da vontade quando comparado aos mercados financeiros, à economia mundializada, aos imperativos do Bundesbank e aos constrangimentos de Maastrich. Esse estado é fantoche do mercado internacional. Para Redeker: "(...) A greve revelou que o Estado sob o Governo atual, apenas pode fingir que tem vontade. O Governo francês é apenas um comitê encarregado de regular as relações entre os imperativos mais e mais violentos do Capitalismo financeiro mundial (...)."

Por isso mesmo, a greve propõe o *sommet social*. Além de colocar a necessidade de ponderar a dignidade humana do funcionário, aponta a necessidade de construir a gestão social da crise atual. Que ela seja gerida pelo Estado verdadeiramente republicano, pelos partidos políticos e pelas organizações sindicais. Que o sindicato modifique suas funções até aqui exercidas: nada de gestão contábil da relação capital trabalho; que ele assuma as funções delegadas por todas as assembléias e pelas ruas, ou seja, que se transforme para conduzir as lutas da cidadania política do povo francês.

SINDICATOS E REALISMO

Ainda assim, os sindicatos não rompem com o jogo de gestão na "parceria" e aceitam negociar acordos pontuais e concessões menores. Desse modo, afastam-se da condução do *sommet social*, tal como gritava o movimento. Para esse, tratava-se de recusar a lógica estritamente econômica e promover a solidariedade social. Para Pons, 1996: "(...) as direções sindicais não interpretaram a vontade política de contestar os dogmas econômicos(...) e ingressar num projeto que mobilizasse energias para implantar nova

visão de "progresso social". A recomposição sindical deveria pautar-se por assumir, ainda conforme Pons: "(...) o jogo seria de uma representação democrática que possa, face ao liberalismo econômico triunfante, sem adversário real, impor a idéia antiga, mas tornada curiosamente moderna, de progresso social (...)."